



Um novo modelo de intelectual: os liberais da Fundação Saint-Simon

PRISCILA GOMES CORREA¹

Ao longo dos anos oitenta do século XX, destacou-se no cenário público francês um pequeno grupo de intelectuais com grande aparato institucional. Seus projetos de reforma da sociedade por meio da análise do mundo contemporâneo causaram grande controvérsia em função da proposta de aliança entre pesquisadores, empresários e industriais. A instituição mais representativa dessa associação, a *Fundação Saint-Simon*, revelou-se um projeto político ambicioso e controverso sugerindo um enlace mais efetivo entre o liberalismo e a esquerda francesa. Sua presidência estava a cargo do historiador François Furet e do empresário Roger Fauroux (presidente da *Saint Gobain*). Os membros dessa *Fundação* eram, em geral, liberais, alguns anticomunistas e vinculados a institutos dos Estados Unidos, destacando-se Pierre Rosanvallon, Alain Minc, Emmanuel Le Roy Ladurie, Pierre Nora e Simon Nora. (CORREA, 2008:75). O vínculo com os industriais e empresários possibilitou à *Fundação* conquistar importantes patrocinadores. Até mesmo, como parte desse projeto, Furet e Rosanvallon participaram dos conselhos de administração de filiais da *Saint Gobain* (LAURENT, 1998:1).

Essa associação de pesquisadores da *Fundação Saint-Simon*, que iniciou suas atividades em 1982 e encerrou em 1999, constituía-se inicialmente como um modelo de grupo de pesquisa, constituindo-se como uma grande rede internacional composta por grupos locais aliados para uma gestão mais eficiente da sociedade. Com a *Fundação* propunha-se, também, um novo modelo de intelectual, autônomo, desvinculado de um saber abstrato e, portanto, um *expert*. E instrumentos analíticos para resolver problemas concretos e de maneira objetiva deveriam garantir ao intelectual a legitimidade da ciência e o distanciamento de suas posições ideológicas

Eram projetos que visavam à formação de um novo indivíduo, desvinculado das ilusões universalistas e até mesmo humanistas, forjava-se o futuro especialista, aquele capaz de atividades objetivas, almejando resultados pontuais e imediatos. Logo sem ilusões, sonhos e finalidades de longo alcance para si e, logicamente, para a sociedade. Dessa maneira, essa definição passava à margem do que se conhecia como intelectual (sujeito, por definição, universalista), pelo menos sob a tradição francesa, e evidentemente foi recebida com muitas críticas. Cabe notar que essa perspectiva decorria, principalmente, dos estudos realizados por François Furet, especialista em Revolução francesa, que ao longo de seus trabalhos

¹ Doutora em História Social-USP / Professora Adjunta -Universidade do Estado da Bahia - UNEB

demonstrou o quanto as teorias generalizantes podiam ser nocivas à sociedade, descambando para voluntarismos políticos e violência.

Contudo, na tentativa de eliminar as grandes generalizações de interpretação da sociedade, para superar uma metafísica finalista, como a hegeliana ou marxista, que eram na maioria das vezes divulgadas por intelectuais tradicionais, essa proposta de Furet exagerava no tom da inelutabilidade do mundo em que vivemos. Obviamente que esse não era o objetivo do grupo, mas ao se colocarem no debate intelectual sem o arcabouço do pensamento universal, ao mesmo tempo em que propondo uma prática junto a agentes governamentais, como assessores ou consultores de políticos e empresários, seus objetivos práticos assemelhavam-se com projetos de manutenção de poder.

É aí que devemos situar o problema da relação entre o intelectual e a política, como desenvolvido no livro “História, política e Revolução em Eric Hobsbawm e François Furet”, quando adotamos a perspectiva de que o conceito de política está ligado ao de poder e, neste caso, o poder ideológico que se exerce sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo e de ensinamentos práticos mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997:15). Como se sabe, um historiador ou sociólogo está investido de certa autoridade e, conseqüentemente, a política está presente em seu discurso histórico, mas, como destacou Norberto Bobbio, trata-se de uma política própria da cultura e, por se realizar no longo prazo, não coincide com a política dos políticos (BOBBIO, 1997:102). A definição é simples, porém não destituída de problemas, implica um tipo de intelectual, um tipo de política, um tipo de historiador, enfim implica na duvidosa relação entre conhecimento e poder.

O termo é complexo, resultado de determinados contextos culturais e de uma rica historiografia. A definição mais apurada de intelectual é certamente aquela desenvolvida na França a partir do caso Dreyfuss, em fins do século XIX, nascendo sob a égide da polêmica e do debate, pois ser intelectual era uma atividade originalmente ligada ao comprometimento ideológico, ao discurso, e ao debate, não cabendo, portanto, a isenção ou imparcialidade. De maneira que, a proposição *furetiana* de intelectual pode parecer paradoxal, negando a própria natureza dessa atividade. Mas a revisão da noção, que chega a substituir o termo *intelectual* por *expert*, para desvincular sua ação de posições ideológicas, não abandona por completo o papel do intelectual na sociedade, na medida em que esse *expert* continua opinando nos assuntos públicos por meio de suas consultorias.

Nesse sentido, é que esse *expert* ou “novo” intelectual, deve ser contemplado com tratamento similar ao que devotamos tradicionalmente ao estudo dos intelectuais. Isso porque, um intelectual não se define pelo que ele é, mas pelo que ele faz, por sua intervenção sobre o terreno do político, compreendido no sentido de debate sobre a *cit * (in ORY; SIRINELLI, 1992:9). O intelectual encarna, portanto, o espírito crítico e o faz pela interven o, essencialmente política, nos assuntos da sociedade em que vive. Mas de onde vem o seu *poder*, o reconhecimento de sua importância na sociedade? Já temos algumas pistas que apontam o intelectual como um produtor e transmissor de ideias, acrescente-se a isso que ele atua *representativamente* em nome de um sistema de valores. Nessa moralidade sua motiva o pode tanto ser universalista quanto particularista e sua expressão   variada: são os ensaios, artigos, conferências, peti oes, etc, sempre abordando problemas humanos, morais, filosóficos ou políticos.

No entanto, o reconhecimento profissional   um pressuposto para que ao intelectual seja atribuída de fato e de direito essa missão específica de cultura, ele acaba por representar as ideias, opiniões, visões de mundo de uma determinada época e de uma sociedade específica. Sob este aspecto, Norberto Bobbio indicou um problema ancestral, o da rela o entre política e cultura, visto que os intelectuais “mediante suas obras, eles têm exercem um poder, embora por meio da persuasão” (BOBBIO, 2003:433). Em outros termos, para Bobbio os intelectuais possuem uma fun o política própria, o que garante a “autonomia relativa da cultura”. Neste sentido, essa abordagem aproxima-se da de Jean-François Sirinelli, para o qual o meio intelectual   o domínio do “metapol tico”, dos confrontos ideológicos, mais do que do político propriamente dito (in RÉMOND, 1996:261).

  neste domínio, portanto, que o intelectual age por meio da palavra, *a o* que não deveria desembocar no falso problema do engajamento. No entanto, a questão então enfrentada pelos membros da *Funda o Saint-Simon*, era justamente o vínculo direto do chamado “expert” com seus financiadores, colocando o problema da autonomia. Essa seria garantida, então, pela suposta objetividade dos pesquisadores. Eis uma questão muito premente desde meados do século XX, o verdadeiro intelectual deveria se engajar em sua fun o crítica, era “preciso contestar os próprios princípios da classe dominante”, dizia Jean-Paul Sartre. Contudo, esta diretiva levava a suposi o de que todo intelectual deveria ser de esquerda (radical), pois a única forma desse sujeito vencer a contradi o que lhe   inerente entre sua técnica universalista e a ideologia dominante seria tomar para si o ponto de vista dos

desfavorecidos (SARTRE, 1994:42). Ora, obviamente que essa proposição foi refutada por autores como François Furet, para quem um intelectual de esquerda estaria na verdade tomado pelo voluntarismo, pela paixão revolucionária nascida ainda durante a Revolução francesa.

Diante das controvérsias, nos últimos anos tem predominado a recusa da ideia de engajamento. Norberto Bobbio, por exemplo, destaca que é melhor utilizar o termo “responsabilidade”, “porque o que importa não é que o homem de cultura se engaje ou desengaje, e sim para que o faz, e que ele assuma, enfim, todas as responsabilidades por sua decisão e as consequências dela decorrentes” (BOBBIO, 2003:485). É necessário, então, explicitar qual é a sua clientela, pois somente em função desta faz sentido a *representatividade* do intelectual; não se trata, necessariamente, de seu grupo ou classe de origem, pois “a ausência de interesse ingênuo, de classe ou de outro tipo de grupo, é uma característica definidora dos intelectuais”, como bem destacou Ralf Dahrendorf ao discorrer sobre a responsabilidade pública dos intelectuais (DAHRENDORF, 1997:187).

Dahrendorf lembra que até recentemente não faltava aos intelectuais um público disposto a reivindicá-los como seus representantes, mas a tendência da sociedade a enfatizar elementos individuais no lugar das estruturas de região, religião ou classe os tem afastado do senso de responsabilidade pública. Um sintoma seria o crescente número de “comunidades científicas” fechadas sobre si mesmas, onde de biofísicos a historiadores “adquiriram o hábito de jogar seus jogos privados de revisionismo e reconstrução” (DAHRENDORF, 1997:182). Um exemplo disso é a tendência *revisionista* de interpretação da Revolução Francesa durante as comemorações do Bicentenário, a estratégia mais comum foi a suposta abstenção diante dos debates políticos e ideológicos, visto que o tema teria sofrido um “desinvestimento”, como anunciara anos antes François Furet. Aliás, “esse grupo de historiadores, também chamado de *Escola Crítica*, criou comunidades de trabalho em diversos países e produziu trabalhos coletivos onde o debate com outras tendências aparece como superado, tudo em resguardo de uma intenção “científica” dessas pesquisas” (CORREA, 2008:22).

Seguindo o argumento de Dahrendorf, pode-se dizer que este “comunitarismo” se revelou “quase uma questão de sobrevivência para representantes sem representados”, assim como os espaços nos meios de comunicação de massa, possibilitando aos intelectuais manifestar-se para um público difuso (1997:188). No entanto, nesse ínterim o intelectual seguiu dissipando seu senso de responsabilidade universal ao adquirir uma suposta independência, agregando-se a equipes de pesquisadores especializados, quando a

responsabilidade passou a ser, então, a do grupo. Os objetivos parecem mais nobres, sendo científicos; diante da ciência as contestações éticas perderiam o sentido, por conseguinte, o intelectual perderia seu antigo lugar.

O debate segue vivo e é desnecessário aprofundar a discussão, desta deve-se apreender que há uma responsabilidade pública do intelectual relativa, sobretudo, aos seus destinatários que estão no poder (político, social, econômico ou cultural). Como lembrou Bobbio, “a primeira tarefa dos intelectuais deve ser a de impedir que o monopólio da força se converta no monopólio da verdade” (2003:469). Trata-se, com efeito, da relação entre a “política da cultura” e a “política dos políticos”, subjacente ao dilema entre conhecimento e poder. Deve-se notar que o próprio François Furet, em sua trajetória, se fez intelectual como toda uma geração de pensadores franceses, por meio da dúvida e da crítica, pela Resistência, pelo comunismo e posterior anticomunismo, pela participação política no poder e na cultura, pelas iniciativas editoriais e pela manifestação semanal em periódicos e, sobretudo, por tornar-se uma espécie de *maître à penser*, um líder intelectual (CORREA, 2008:24).

Mas a despeito dessa trajetória, sua proposta de atuação intelectual tinha como meta alterar esse percurso, para possibilitar aos pesquisadores *experts* o anonimato ideológico. Por exemplo, embora buscando o menor engajamento possível, muitos dos membros da *Fundação Saint-Simon* colaboraram com o governo, como conselheiros técnicos ou sendo encarregados de missões. Atividade que, aos olhos de críticos como Vincent Laurent, acompanhava um “trabalho de dissimulação ideológica do trabalho político, visando criar condições para a realização de um projeto conservador, apresentado como inelutável”. Esta constatação pode ser reforçada pela leitura de artigos de autoria de François Furet, escritos durante a década de 1980, nos quais democracia e capitalismo foram apresentados frequentemente como inevitáveis na história da sociedade.

A própria trajetória intelectual de Furet demonstra o processo de construção dessa ideia de intelectual que estamos analisando. Desde 1966, esse historiador já estava com a carreira universitária consolidada, era *directeur d'études* da *VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos*. Seus trabalhos já revelavam o viés analítico que dominaria o restante de sua obra ao versarem sobre as questões políticas, culturais e intelectuais que permearam a historiografia da Revolução Francesa. Em 1973 lançou uma compilação dos *Discours* de Mirabeau, para a qual redigiu um importante prefácio biográfico. A figura de Mirabeau abarcaria as contradições da França revolucionária, quando a “filosofia assumiu a função

política” na sociedade. Furet iniciou, então, suas constantes investigações em torno do discurso revolucionário, buscando as permanências e transformações nos espíritos, observando como os “intelectuais” teriam sido transformados em substitutos de um sistema representativo na França do século XVIII (FURET, 1978:120).

É a “totalidade da sociedade meritocrática” que Furet entrevê nos anseios não só de Mirabeau como também de Barnave, Brissot ou Saint-Just. No entanto, Mirabeau apresentava a peculiaridade de ser um nobre, “o único nobre assaz desqualificado, e o único desqualificado assaz nobre, para encarnar uma modificação tão rápida e reconciliar um passado e um presente brutalmente disjuntos” (FURET, 1978:126). Atuando desde o início entre a Assembleia e o rei, Mirabeau nutria-se das circunstâncias, “dos discursos dos outros”, sua ideia política era reconciliar monarquia e democracia, o rei e a revolução. Enfim, um percurso que permitiu a Furet identificar o problema da *deriva do poder* durante o período revolucionário, Mirabeau é uma figura que aos seus olhos expressou o “sonho de *estabilização* que vai ocupar todos os líderes da Revolução perante a deriva infinita do poder” (1978:132).

Essas reflexões se somavam aos estudos mais aprofundados que Furet vinha realizando acerca da obra de Tocqueville, como o artigo *Tocqueville est-il un historien de la Révolution française?*, publicado pela revista *Annales* em 1970. Trata-se de um frutífero período de pesquisa, visto que resultaria em sua mais importante obra historiográfica, *Pensando a Revolução Francesa* (1978). Ainda em 1977, Furet foi nomeado presidente da EHESS, era o ápice de sua proeminência intelectual, inserindo-se na grande vaga do “pensamento liberal antitotalitário” que ganhava força com o lançamento, entre 1977 e 1980, das revistas *Libre*, *Commentaire* e *Le Débat*, cujas referências intelectuais eram Alexis de Tocqueville e Raymond Aron (DELORME-MONTINI in *Le Débat*, nº112, 2000:90). Tratava-se de um importante movimento intelectual, muito influenciado pelas ideias de Furet, voltado para a crítica do totalitarismo e a reavaliação da democracia. Furet se dedicou, então, a novos projetos institucionais como a criação do *Centre d'études nord-américaines* (1980) no seio da EHESS, da *Fundação Saint-Simon* (1982) e do *Instituto Raymond-Aron* (1984).

A *Fundação Saint-Simon* se revelou um ponto de encontro entre universitários e empresários que visavam reformar a sociedade por meio da análise do mundo contemporâneo, criando a “transversalidade em uma sociedade que permanecia fortemente segmentada”

(ROSANVALLON in *Le Monde*, 23 juin 1999).² De fato, a influência intelectual da *Fundação Saint-Simon* foi decisiva; por ocasião de sua extinção, em 1999, Jacques Kergoat, presidente da *Fundação Copernic* criada pela “esquerda de transformação social” em oposição à “esquerda liberal” da *Saint-Simon*, constatou que realmente o liberalismo já ocupava fortes posições no seio da esquerda (in *L’Humanité*, 30 juin 1999). Seus membros, “*le cercle de la raison*” ou como chamavam seus adversários “*le cercle de la pensée unique*”,³ conseguiram vultosos financiamentos para suas pesquisas, vindos em geral dos Estados Unidos, bem como um amplo espaço na mídia francesa. Furet, despido de seus antigos laços com a Escola dos *Annales*, já possuía, por conseguinte, seu próprio aporte institucional, uma espécie de trincheira para o debate do bicentenário da Revolução Francesa. Após sair da presidência da EHESS assumiu a direção do *Instituto Raymond Aron* (1984-1992) e foi lecionar na *Universidade de Chicago* (1985).

Para financiar seu programa de pesquisa sobre as Revoluções norte-americana e francesa, Furet recebeu da *Fundação Olin* 470 000 dólares. Por se tratar de uma instituição norte-americana muito conservadora, esse auxílio e todos os outros recebidos pelas instituições encabeçadas por Furet, não raro, levaram os críticos a colocar em questão a autonomia de seus trabalhos. Contudo, após intensas crises econômicas e políticas ao longo da década e 1970, que representariam o fracasso dos sistemas de planejamento estatal, esse tipo de atuação intelectual começou a ganhar projeção como alternativa. O pensamento político liberal ganhou novas cores, reformulações adequadas para atrair o apoio de uma vasta gama de insatisfeitos. Segurar as rédeas do sistema capitalista era, a partir de então, bloquear o livre crescimento do “indivíduo”, este que estaria na base das “nações”, sendo cerceado pelas políticas de defesa e desenvolvimento destas últimas.

Essa inversão de foco, da “nação” ao “indivíduo”, já se operava há muito tempo no pensamento ocidental, fruto de contradições surgidas ou despertadas na “era das revoluções”. Nesse sentido, nos EUA e Inglaterra, parte dos intelectuais, políticos e artistas se arregimentaram em defesa de novos rumos para a política e cultura de seus países, assistindo

² Deve-se notar que a escolha do nome de Saint-Simon (1760-1825) também diz muito da proposta da instituição, pois alguns de seus textos eram dirigidos à classe produtora, os industriais, visando que estes controlassem a sociedade por meio de uma ditadura benevolente em parceria com os cientistas. Além disso, ele compartilhava a ideia da necessidade de terminar a Revolução - “Considerações sobre as medidas a tomar para terminar a Revolução”, em *Do sistema industrial –1821* (BAKER in FURET et al., 1994:323-339).

³ Veja-se a defesa de Pierre Rosanvallon: “Face àqueles que nos acusam, por preguiça, de pensamento único, nós, pelo contrário, tentamos concretamente pensar livre e abertamente, permanecendo absolutamente independentes de todos os poderes” (in *Le Monde*, 23 juin 1999).

o *empossamento* de governos liberais/conservadores como o de Reagan e de Thatcher em fins da década de setenta. Na França ocorreu um processo semelhante, mas o socialismo de Mitterrand venceu em 1981 na nebulosa de “idas e vindas” entre socialistas e comunistas.

Por diversas razões, entre os franceses o pensamento liberal sofreu uma primeira rejeição, visto que apesar do rompimento da União da Esquerda e do desgaste do projeto soviético o comunismo ainda gozava de influência nos pleitos. Para diversos intelectuais essa situação expressava um paradoxo, fruto de ilusões políticas que permearam a história francesa desde o século XVIII, o voluntarismo político, quase religioso, que ganhou ares heroicos ao longo da Revolução Francesa. Assim, a *exceção francesa* era o problema a ser superado, “terminar a revolução” passou a ser uma máxima para a conquista do “consenso republicano”, o encontro dos franceses consigo mesmo.

A proeminência do chamado *pensamento liberal antitotalitário* revelou um novo momento intelectual que desembocaria na reabilitação da história e da filosofia políticas em meados da década de oitenta, como bem nos mostrou a trajetória de Furet, uma vez que este intelectual estava plenamente integrado às transformações políticas do período no qual *La France à basculé*, como anunciou um periódico em junho de 1981. Num primeiro momento o novo sujeito/sentido da história não era mais o proletariado do Terceiro Mundo, mas o indivíduo *à l'occidentale* (ORY; SIRINELLI, 1992:237), configurava-se então um pensamento ora avaliado como *pós-moderno* ora como *cínico, liberal e cosmopolita*. Com isso a progressão eleitoral do socialismo acontecia de maneira silenciosa, assistia-se a uma violenta hostilidade entre comunistas e socialistas, mas não se supunha que os candidatos socialistas pudessem arrebanhar para si a simpatia tradicionalmente devotada aos comunistas.

Por outro lado, os intelectuais da chamada *frente antitotalitária* puderam respirar aliviados com os rumos então adotados pelo governo de Mitterrand. Em entrevista à *Estudos Históricos*, em 1987, Furet ilustrou muito bem essa situação:

F.F – [...] Mas votei em Mitterrand em 81. Sempre achei, porém, que sua experiência desde o início esteve comprometida por um peso extremamente negativo, que é a aliança comunista, cujas consequências são uma série de equívocos sobre a sociedade moderna. Sempre achei, em função disso, que, se os socialistas tomassem o poder, estariam condenados a cometer erros tais que seriam obrigados ou a renunciar ao poder, ou a renunciar às suas ideias.

E. H. - O que o senhor acha que aconteceu?

F.F. - Eles renunciaram às suas ideias! O que faz com que não tenham governado tão mal. Mas hoje em dia eles estão diante da necessidade de uma renovação de ideias, que é o cerne do problema da esquerda francesa (in Estudos Históricos, n.1, 1988).

Perry Anderson fornece uma avaliação bastante clara dessa reviravolta na política francesa. Diferentemente das tendências neoliberais que já estavam dominando na Inglaterra ou nos Estados Unidos, Mitterrand se esforçou para realizar uma política de deflação e redistribuição, de pleno emprego e proteção social,

mas o projeto fracassou, e já em 1982 e 1983 o governo socialista na França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do pleno emprego (in SADER; GENTILI, 1995:13).

No ensaio chamado *La pensée tiède*, Perry Anderson chegou a uma conclusão semelhante a de Furet, em 1981 “a esquerda ganhou as insígnias do poder, mas perdeu a batalha das ideias” (2005:35).

Em suma, Furet acreditava estar diante de um processo de transformação da cultura política francesa, decorrente do fim das culturas revolucionária e socialista. Aqui se percebe tanto uma constatação quanto um desejo. Nesse sentido, suas reflexões adquiriram o caráter de programa, de estratégias para direcionar o movimento ideológico nascido em fins da década de setenta, bem como a política *tout court* estabelecida a partir de 1983, no sentido de um liberalismo moderado, sob o qual caberia a atuação de intelectuais (*experts*) em parceria com empresários para uma efetiva gestão da sociedade. Sua influência foi decisiva nesse processo e, em termos gerais, suas intervenções obtiveram resultados duradouros.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. *La pensée tiède: un regard critique sur la culture française*. Paris: Seuil, 2005.
- BOBBIO, N. *O Filósofo e a Política: Antologia* (Org. José Fernandes Santillán). Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- BOBBIO, N. *Os Intelectuais e o Poder: Duvidas e Opções dos Homens de Cultura na Sociedade Contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

- CORREA, P. G. História, política e revolução em Eric Hobsbawm w François Furet. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2008
- DAHRENDORF, R. *Após 1989: Moral, Revolução e Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- DELORME-MONTINE, B. Intellectuels: um nouvel objet d'histoire. *Le Débat*, nº112, nov-dec 2000, p.89.
- FURET, F. (et al.). *The French Revolution and the Creation of Modern Political Culture*. (1989) 4v. Oxford: Pergamon Press, 1994.
- FURET, F. *Ensaio sobre a Revolução Francesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.
- FURET, F. O Historiador e a História (Entrevista). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n 1, p. 143-161, 1988.
- KERGOAT, J. La fin de la Fondation Saint-Simon vue par Jacques Kergoat. *L'Humanité*. 30 juin 1999.
- LAURENT, V. Les Architectes du Social-Libéralisme. *Le Monde Diplomatique*, sep. 1998, p.1, 26-27.
- ORY, P & SIRINELLI, J-P. *Les Intellectuels en France: de l'Affaire Dreyfus a nos Jours*. Paris: Armand Colin, 1992.
- RÉMOND, R.. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ:FGV, 1996.
- ROSANVALLON, P. La Fondation Saint-Simon, une histoire accomplie. *Le Monde*, Paris, 23 juin 1999.
- SADER, E. e GENTILI, P. (orgs). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995
- SARTRE, J-P. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.